

**ATA DA ÚNICA REUNIÃO DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM DO DIA VINTE E TRÊS DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZASSEIS -----**

Aos vinte e três dias do mês de março de dois mil e dezasseis, reuniu pelas vinte e uma horas na Sala de Sessões da Sede do Município de Santiago do Cacém, em Sessão Extraordinária, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, com a seguinte: -----

**-----ORDEM DO DIA -----**

**PONTO ÚNICO: 1ª Revisão ao PPI – Plano Plurianual de Investimentos de 2016 a 2019. -----**

**Efetuada a chamada verificou-se estarem presentes os membros: -----**

Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, João Alberto Machado Guerreiro, Ricardo Campos da Silva Rico, Maria da Conceição Pinela Pereira, Jorge Manuel Mata Magrinho, Marina Patrícia Basílio Pedro, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro das Neves, Nelson José Bento Raposo, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, Vera Lúcia da Costa Violante, Joana Margarida Ganço Filipe, Rui Estevam de Matos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata e Virgílio de Matos Gonçalves. -----

**Não compareceram os membros:** José Élio Sucena, Pedro do Ó Barradas de Oliveira, António João Antunes Isidoro, João Filipe Rodrigues da Silva Pereira, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes, João Saraiva de Carvalho e Rui Manuel Madeira dos Santos. -----

**Verificou-se ainda a presença** do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha e dos Senhores Vereadores Maria Margarida Santos, Norberto Barradas, Albano Pereira, Daniela Martins e Francisco de Sousa. -----

**Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma: -----**

**-----ORDEM DO DIA: -----**

**“PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL -----**

**- 1ª Revisão ao PPI – Plano Plurianual de Investimentos de 2016 a 2019.-----**

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA:** Submeter a Primeira Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos de dois mil e dezasseis/dois mil e dezanove à Assembleia Municipal.\* -----

**FUNDAMENTOS: Um** – De acordo com o ponto 8.3.2 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais aprovado pelo Decreto-Lei nº.54-A/99, de 22 de fevereiro. -----

**Dois** – Conforme disposto na alínea a) do nº. 1 do artigo 25º. da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro.” -----

\*Documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número três, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas depois de rubricado pelos membros da Mesa.

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio a Senhora Joana Filipe, eleita do BE, questionando se as repavimentações em causa eram urgentes, e se as mesmas eram para concluir até ao final do ano em curso.---

O Senhor Hugo Ferreira, eleito do PS, questionou sobre a localização dos arruamentos onde se ia intervir.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que se tratava de intervenções urgentes, tendo em conta o mau estado dos arruamentos, e que era preciso ter em conta o tempo necessário para desenvolver todo o processo burocrático, o qual necessitará do visto do Tribunal de Contas.-----

Informou que estão previstas obras nos arruamentos de várias localidades do Município nomeadamente, em Santo André, Santa Cruz, Alvalade e Ermidas Sado. ----

Acrescentou que as empreitadas a adjudicar no âmbito do processo não são para substituir as intervenções por Administração Direta que estão previstas naquelas e nas outras freguesias.-----

A Senhora Joana Filipe referiu que gostaria de saber o nome das ruas onde estão previstas as intervenções, bem como a justificação para a grande desproporção nos valores para as obras previstas para os arruamentos da Freguesia de Santo André, de cerca de trezentos mil euros, relativamente aos valores estimados para as outras freguesias, como por exemplo os onze mil euros para Alvalade. -----

O Senhor Presidente referiu que a intervenção da Câmara Municipal vai sempre no sentido do combater as assimetrias, acrescentando que, no caso em apreço, foi feita uma avaliação técnica das intervenções mais prioritárias, de forma a não deixar aumentar a degradação dos arruamentos em causa, evitando assim maiores gastos.-----

Referiu ainda estar consciente de que estas ações não irão resolver todos os problemas das freguesias neste âmbito, porque a Câmara Municipal não dispõe de recursos financeiros suficientes e não pode recorrer a fundos comunitários, dado que não estão previstas verbas no atual QCA para o efeito. Contudo, acrescentou que, se todos os anos for feito algum investimento deste tipo, as situações irão sendo resolvidas. -----

Interveio o Senhor Jaime Cáceres, eleito da CDU, referindo que o que a Câmara Municipal propunha era a dotação de verbas no Orçamento para desenvolver ações no sentido de melhorar a qualidade de vida das populações. -----

Mais referiu que a Cidade de Vila Nova de Santo André tinha sido criada, havia quarenta anos, para servir de apoio ao Complexo Industrial de Sines, não tendo havido durante estes anos uma intervenção de fundo nos pavimentos, com a agravante de que alguns não chegaram a ser consolidados, estando em muito mau estado devido também à ação do trânsito e da raiz dos pinheiros, considerando que a situação merece a atenção da parte da Câmara Municipal, a qual tem ouvido as reclamações da população sobre esta matéria.-----

Acrescentou que a Freguesia de Santo André não era só a Cidade mas também as outras localidades, para as quais a Junta de Freguesia tem reivindicado ações no sentido de dotar as populações de melhor qualidade de vida no que respeita aos acessos e também noutras vertentes, acrescentando que as obras que estão previstas não serão suficientes mas irão atenuar o problema.-----

Referiu ainda que com esta ação caia por terra o argumento usado por algumas pessoas, de que a Câmara Municipal só investe na Sede do Município.-----

Mais referiu que apesar das dificuldades da Câmara Municipal e das juntas de freguesia, os autarcas continuarão a actuar até que as populações sintam que eles estão a trabalhar para elas.-----

Interveio o Senhor Joaquim Gamito, eleito da CDU, referindo que nas obras que estão em curso na Vila de Alvalade deviam ser incluídas intervenções nas transversais à Rua Catarina Eufémia, as quais se encontram em mau estado, ficando assim consolidada toda aquela zona.-----

Mais referiu compreender a diferença da verba prevista para os arruamentos de Santo André relativamente às que foram previstas para as outras freguesias, tendo em conta a população e dimensão da mesma, embora as outras freguesias tenham também o direito de reivindicar, dado que as suas populações também pagam impostos.-----

Referiu ainda que tinha entendido a questão colocada pela Senhora Joana Filipe como um pedido de esclarecimento.-----

Interveio novamente a Senhora Joana Filipe, começando por referir que nascera e fora criada em Santo André e que, se as ações correspondentes aos trezentos mil euros previstos para aquela Freguesia eram necessárias, deviam ser executadas. Contudo, recordou que ela e os restantes membros da Assembleia Municipal tinham sido eleitos pelos cidadãos de todas as freguesias do Município, devendo por isso pugnar pelo interesse de todos, esclarecendo ainda que a questão que colocou não tinha a ver com o facto de achar que esta ou aquela freguesia era mais beneficiada, mas apenas saber qual a fundamentação das opções da Câmara Municipal relativamente a esta matéria, no sentido de compreender os valores em causa. Acrescentou que estas iniciativas eram positivas, não questionando a sua importância para a população e autarcas, procurando apenas saber no que se traduziam.-----

Questionou ainda se a Câmara Municipal previa contrair mais empréstimos bancários até ao final do ano em curso.-----

O Senhor Jaime Cáceres referiu que não tinha sido eleito diretamente para a Assembleia Municipal e que era membro da mesma, porque fora eleito para Presidente da Junta de Freguesia de Santo André, acrescentando que irá sempre pugnar pela sua Freguesia, não deixando de apoiar tudo o que for melhor para o Município.-----

Mais referiu que os eleitos na Assembleia Municipal têm o direito de colocar as questões que quiserem, mas considerava errado que a discussão se colocasse numa base de distribuição proporcional dos recursos pelas freguesias, considerando que, se assim fosse, a margem da Freguesia de Santo André seria enorme, tendo em conta a população residente.-----

Referiu ainda que deixava para reflexão o facto daquela Junta de Freguesia, com dez mil seiscentos e quarenta habitantes, contar somente como um orçamento de quatrocentos e cinquenta e oito mil euros, e doze trabalhadores, tendo no ano de doze mil e quinze alcançado um recorde de investimento que se situou em oitenta e cinco mil euros.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que o Executivo é responsável pela gestão de todo o Município e tem que o fazer combatendo as assimetrias, não deixando de investir nas diferentes localidades, independentemente do número de residentes, dando como exemplo a Etar de Vale da Eira que serve vinte pessoas e o Loteamento de Vale das Éguas onde também vivem vinte pessoas, acrescentando que se investe onde é necessário.-----

Relativamente a Alvalade, referiu que tem vindo a ser feito um grande investimento na pavimentação dos arruamentos daquela Vila, com obras por Administração Direta, e que serão também equacionadas as intervenções nas transversais referidas pelo Senhor Joaquim Gamito.-----

Referiu também que os arruamentos na Cidade de Vila Nova de Santo André não chegaram a ficar concluídos pelo ex-Gas, tendo apenas levado uma camada de alcatrão, pelo que se têm vindo a degradar, sendo urgente a intervenção prevista.-----  
Acrescentou que não era possível responder a todas as situações ao mesmo tempo e que, as intervenções foram definidas tendo como base a prioridade técnica, de forma a não deixar aumentar a degradação dos arruamentos, o que implicaria um aumento dos custos das intervenções. Mais informou que não estavam ainda completamente definidas as ruas que vão ser alvo de intervenção, porque embora tenha sido feito um levantamento e exista um parecer técnico, ainda não foi tomada a decisão política.-----  
Informou também que, finalmente, as candidaturas ao Quadro Comunitário podiam avançar, sendo que para a mobilidade urbana estava prevista a disponibilização de uma verba de cerca de seis milhões de euros, acrescentando que estão também previstos fundos para outros setores de atividade, mas não existem verbas para vias rodoviárias.--  
Relativamente a empréstimos a contrair no ano em curso, informou que está previsto contratar mais um empréstimo, de pouco mais de trezentos mil euros, para aquisição de equipamento, nomeadamente uma varredoura. Acrescentou que a dívida total do Município não vai aumentar com os encargos dos empréstimos.-----  
Interveio o Senhor Virgílio Gonçalves, eleito da CDU, referindo que o empréstimo que o Município vai contrair é para pavimentações na Freguesia de Santo André e também na União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz, S. Bartolomeu da Serra, Ermidas e Alvalade, acrescentando que a par destas intervenções existe o compromisso entre a Câmara Municipal e as juntas de freguesia, para a execução de obras por Administração Direta.-----  
Mais referiu que, se a Câmara Municipal tivesse recursos financeiros suficientes, não se estaria a discutir o empréstimo em causa.-----  
Referiu ainda que havia muitas ruas nas diferentes freguesias a precisar de uma intervenção, e que também se tinha a consciência de que as pessoas nunca estão plenamente satisfeitas com as benfeitorias, acrescentando que todas as pessoas devem ser tratadas de forma igual pelas autarquias e que estas devem fazer um pouco em cada uma delas. Mais referiu que as pessoas de Santo André argumentam que se faz tudo nas outras freguesias, enquanto as pessoas das outras freguesias argumentam que a Câmara Municipal canaliza tudo para Santo André, sendo que, caso fosse feito um grande investimento na Freguesia de Alvalade, as pessoas iam dizer que isso se devia ao facto de se tratar da Freguesia do Presidente da Câmara Municipal.-----  
Interveio novamente a Senhora Joana Filipe, referindo que tinha lançado a discussão sobre a proposta em apreço, o que considerava positivo, mas não com a intenção de suscitar o tipo de debate que estava a ser feito, esclarecendo que, em momento algum, defendeu uma regra de distribuição proporcional dos recursos relativamente ao número de pessoas de cada localidade.-----  
Mais referiu que o facto de questionar sobre as opções da Câmara Municipal, não significava que vilipendiava qualquer localidade do Município, pretendendo somente, enquanto membro da Assembleia Municipal, ficar esclarecida sobre as situações, porque foi para isso que foi eleita, convidando os restantes membros da Assembleia Municipal a fazerem o mesmo.-----  
Interveio o Senhor Jorge Magrinho, eleito da CDU, referindo que a Câmara Municipal tem feito um excelente trabalho apesar das limitações financeiras com que se tem confrontado nos últimos anos.-----  
Relativamente ao assunto em apreço, e tendo em conta o exposto pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foram feitas avaliações técnicas para determinar as

prioridades das intervenções, às quais a Câmara Municipal precisa de dar resposta sem se endividar demasiado, considerado que era natural que todas as populações quisessem o melhor para as suas terras.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a proposta a votação.-----

A **proposta** foi **aprovada, por maioria**, com vinte votos a favor, sendo quinze dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Maria da Conceição Pereira Pinela, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro Neves, Joaquim António Gamito, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Rui Estevam de Matos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata e Virgílio Gonçalves, e cinco dos eleitos do PS, senhores Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Ricardo Campos da Silva Rico, Marina Patrícia Basílio Pedro, Nelson José Bento Raposo e Vera Lúcia da Costa Violante. -----

Uma abstenção da eleita do BE, Senhora Joana Margarida Ganço Filipe. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida pelo Senhor Primeiro Secretário a relação, em **minuta**, das deliberações tomadas na presente Sessão, a constar em ata.-----

Após a leitura foi a mesma colocada à discussão pelo Senhor Presidente, não tendo havido inscrições para o uso da palavra.-----

Em seguida procedeu-se à sua votação, tendo sido **aprovada, por unanimidade**.-----

Os trabalhos foram declarados encerrados pelo senhor Presidente, eram vinte e duas horas e quinze minutos. -----

Desta Sessão se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_